

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.900 - SP (2019/0311115-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITUPEVA - SP**
INTERES. : **ANGELA MARIA JEPES**
INTERES. : **ELAINE POLI**
INTERES. : **MARIA EZILDA EGIDYO**
INTERES. : **WALQUIRIA OLIVEIRA NAMURA**
ADVOGADOS : **FABIANA DE SOUZA - SP306459**
 : **SASHA JACOB BARCAT - SP361325**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE ITUPEVA**
ADVOGADOS : **FRANCISCO CARLOS PINTO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP107817**
 : **VANUSA APARECIDA DE OLIVEIRA FREIRE OLANDA - SP168795**
 : **PRISCILA RACHEL RIBEIRO - SP231999**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ/SP, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITUPEVA/SP, suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista, proposta por ÂNGELA MARIA JEPES e outras, em desfavor do MUNICÍPIO DE ITUPEVA, objetivando a percepção de adicional de insalubridade, bem como progressão na carreira.

O Juízo da Vara Única de Itupeva, declinou de sua competência para julgar a presente ação, nos seguintes termos:

"As recorrentes narram que foram contratadas como Auxiliares de Saúde Bucal pelo regime de CLT, celebrando com a Municipalidade, ora ré. Devido à função que exerciam e conforme normas previstas em tais legislação trabalhista, faziam jus à adicional de insalubridade em grau médio de 20%. Recentemente e, em decorrência de alteração legislativa, por Lei Municipal, criou-se um plano de adesão a estatuto próprio, do qual as autoras aderiram. (...) A teor de observação, pode-se afirmar que a exordial se funda em direitos previstos na legislação trabalhista (CLT), (...) Perceptível dos fatos narrados nos autos, que cabe à Justiça do Trabalho verificar se as reclamantes fazem jus a adicional de insalubridade e, em qual grau, até porque esse postulado era regulado pela CLT e suas normas " (fls. 4/5e).

O Juízo do Trabalho, por sua vez, suscitou o presente Conflito de Competência, **in verbis**:

"Tratando-se de processo que tem por objeto o reajuste decorrente da opção pelo regime estatutário, notória a competência da Justiça comum para instruir e julgar a demanda, considerando que a relação havida entre as partes tem natureza jurídico administrativa" (fl. 991e).

Parecer do MPF, pela competência do Juízo de Direito da Vara única de Itupeva, o suscitado.

De início, **conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.**

In casu, a hipótese se amolda ao disposto na Súmula 97/STJ, **in verbis**:

"Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único".

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPREGADO CONTRATADO SOB REGIME CELETISTA, POSTERIORMENTE ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR ASSOCIADOS AO PERÍODO CELETISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO TRABALHISTA. SÚMULA 97 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. - O autor prestou serviços à extinta Empresa Municipal de Vigilância do Município do Rio de Janeiro, sob o regime celetista, de 20 de maio de 1991, data de sua admissão, a 14 de janeiro de 2010, quando, por força da Lei Complementar Municipal n. 100/2009, foi transposto para regime estatutário. Busca obter valores que considera devidos à previdência social, relativos especificamente a esse período.
2. - Nesse contexto, inafastável a incidência do comando contido no enunciado sumular n. 97 desta Corte: "Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único".
3. - Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 129.749/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA

SEÇÃO, DJe de 29/10/2014).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUÍZOS ESTADUAL E TRABALHISTA. AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA O ESTADO. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL. SERVIÇO PRESTADO NO REGIME CELETISTA. SÚMULA 97/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, dado o caráter manifestamente infringente da oposição, em observância ao princípio da fungibilidade recursal.
2. Os autores pretendem o recebimento de verbas não pagas decorrentes do vínculo celetista, incidindo no enunciado da Súmula 97 desta Corte Superior: "Compete a justiça do trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores a instituição do regime jurídico único".
3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento, para manter a decisão que conheceu do conflito para declarar competente o Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG (o suscitante)" (STJ, EDcl no CC 103.240/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/06/2013).

Não obstante, firmou-se no âmbito da Primeira Seção desta Corte, ao julgar o AgRg no CC 123.362/RN, da relatoria do Ministro ARI PARGENDLER, publicado no DJe de 04/06/2013, o entendimento de que, havendo pedidos relativos a regimes jurídicos distintos (celetista e estatutário), aplica-se a Súmula 170 do Superior Tribunal de Justiça, a teor da qual "compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio".

No mesmo sentido:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN. CONTRATAÇÃO MEDIANTE PROCESSO SELETIVO. POSTERIOR APROVEITAMENTO POR LEI COMPLEMENTAR LOCAL. PEDIDOS ENVOLVENDO

REGIME JURÍDICO CELETISTA E ESTATUTÁRIO. VERBAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. FORO COMPETENTE PARA COBRANÇA. APLICAÇÃO DO VERBETE SUMULAR 170/STJ. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A Primeira Seção desta Corte, ao julgar o AgRg no CC 123.362/RN, da relatoria do eminente Ministro ARI PARGENDLER (DJe 4/6/2013), assentou, à unanimidade, que a controvérsia posta nos autos encontra solução jurídica no enunciado sumular 170/STJ, do seguinte teor: 'Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio'.

2. Agravo regimental parcialmente provido para declarar competente o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Natal/RN para processar e julgar o feito, nos limites da sua competência" (STJ, AgRg no CC 119.957/RN, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 24/02/2014).

Ante o exposto, conheço do Conflito para, à luz das peculiaridades do caso concreto, declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITUPEVA/SP, suscitado, para julgar os pedidos, dentro de sua competência.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora